



Demonstrações Financeiras 2020

**Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de
Crédito da Região Centro Norte do Ceará**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará
Fortaleza / CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: campanha de educação financeira "Gente Que Coopera, Educa", com foco em Pessoa Física, MEI e para o público de pais com filhos; apoio a Economia Local, valorizando os negócios regionais e incentivando o consumo a partir de pequenos empreendedores; doação de máscaras EPI's para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica em combate a pandemia da Covid-19; participação na 7ª Semana Nacional de Educação Financeira; doação de 8 toneladas de alimentos para instituições de benefício social e incentivo a doação de sangue por colaboradores e associados através do Dia C; campanha de doação de cabelos para pacientes em tratamento de câncer em alusão ao Outubro Rosa, arrecadando mais de 360 doações; evento Mulheres Coop - Conectando Lideranças, com foco em inspirar e valorizar o empreendedorismo feminino.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Expandimos nossa atuação no Ceará e chegamos a cidade de Aracati/CE. Em parceria com a CDL Aracati, abrimos um espaço para a realização de negócios na região; entendendo que os desafios lançados pelo novo cenário mundial requeriam uma atuação ainda mais próxima da cooperativa, a equipe estratégica passou a realizar reuniões semanais online para garantir que as novas demandas provocadas pela Covid-19 fossem atendidas; elaboramos o Planejamento Estratégico 2021-2023, construído por muitas mãos, garantindo a democracia na hora de traçar os próximos passos da cooperativa. Líderes, colaboradores e delegados participaram da construção, por meio de reuniões virtuais e discussões ligadas aos objetivos estratégicos do sistema Sicredi.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos que, contando com a assessoria financeira especializada de nossos gerentes, os associados tiveram acesso a linhas de crédito para suprir o ônus financeiro causado pela pandemia. Já os associados que possuíam crédito vigente na cooperativa, puderam renegociar a dívida de acordo com o seu momento financeiro atual. Além disso, Cumprindo com nosso compromisso em com as necessidades de nossos associados, concedemos crédito através do PEAC-FGI e pelo PRONAMPE, garantindo a perenidade de empresas da nossa região durante o período difícil que atravessaram em 2020. Reforçamos, ainda, a utilização do nosso Aplicativo Conecta: espaço onde as empresas associadas e os pequenos empreendedores puderam vender produtos e serviços para outros associados.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará
CNPJ/MF nº 72.257.793/0001-30

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	924.383	737.643	PASSIVO	791.094	601.982
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	2.993	3.696	DEPÓSITOS (Nota 11)	748.310	562.428
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	902.936	715.775	Depósitos à vista	136.547	91.492
Aplicações interfinanceiros de liquidez (Nota 05)	7.489	5.698	Depósitos a prazo	611.763	470.936
Centralização financeira (Nota 04)	541.792	452.539	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.473	503
Relações interfinanceiras ativas	-	3	Relações interfinanceiras (Nota 12)	669	-
Operações de crédito (Nota 06)	328.011	235.020	Outros passivos financeiros (Nota 13)	804	503
Outros ativos financeiros (Nota 07)	25.644	22.515	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 14)	5.377	12.859
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 06)	(15.158)	(13.333)	OUTROS PASSIVOS (Nota 15)	35.934	26.192
OUTROS ATIVOS (Nota 08)	4.861	4.213	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	133.289	135.661
INVESTIMENTOS (Nota 09)	20.330	18.918	CAPITAL SOCIAL	101.280	105.131
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	8.158	8.275	RESERVAS DE SOBRAS	25.371	16.245
INTANGÍVEL (Nota 10)	263	99	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	6.638	14.285
TOTAL DO ATIVO	924.383	737.643	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	924.383	737.643

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará
CNPJ/MF nº 72.257.793/0001-30

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.892	60.190	53.265
Operações de crédito (Nota 06)	29.818	60.003	53.058
Resultado títulos e valores mobiliários	74	187	207
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.032)	(21.566)	(25.922)
Operações de captação no mercado	(5.792)	(13.796)	(23.197)
Operações de empréstimos e repasses	(3)	(3)	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 06)	(3.237)	(7.767)	(2.725)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.860	38.624	27.343
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.583)	(18.298)	(2.923)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	4.077	6.724	3.534
Rendas de tarifas bancárias	2.491	4.760	3.592
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 19)	(11.469)	(22.842)	(20.205)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 20)	(7.217)	(13.324)	(11.824)
Dispêndios e despesas tributárias	(187)	(283)	(203)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	6.873	15.995	28.458
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 22)	(5.151)	(9.328)	(6.275)
RESULTADO OPERACIONAL	10.277	20.326	24.420
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	79	148	24
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	10.356	20.474	24.444
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	(194)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	(111)
Provisão para Contribuição Social	-	-	(83)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(501)	(1.056)	(559)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.855	19.418	23.691

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará
CNPJ/MF nº 72.257.793/0001-30

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	95.794	11.315	587	9.395	117.091
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(9.248)	(9.248)
Outras destinações	-	-	-	(147)	(147)
Saldo de incorporação	8.806	995	-	(1.011)	8.790
Capital de associados					
Aumento de capital	10.214	-	-	-	10.214
Baixas de capital	(9.683)	-	-	-	(9.683)
Destinações para reservas - Sobras Central	-	1.680	-	-	1.680
Reversões de reservas	-	(1.011)	-	1.011	-
Resultado do período	-	-	-	23.691	23.691
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(893)	(893)
Reserva legal - Estatutária	-	1.786	-	(1.786)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.834)	(5.834)
Outras Destinações - Fundo de Equalização	-	-	893	(893)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	105.131	14.765	1.480	14.285	135.661
Mutações do Período	9.337	3.450	893	4.890	18.570
Saldos no início do período em 01/01/2020	105.131	14.765	1.480	14.285	135.661
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(14.155)	(14.155)
Outras destinações	-	-	-	(130)	(130)
Capital de associados					
Aumento de capital	14.229	-	-	-	14.229
Baixas de capital	(18.080)	-	-	-	(18.080)
Resultado do período	-	-	-	19.418	19.418
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(829)	(829)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.825)	(2.825)
Reserva legal - Estatutária	-	8.297	-	(8.297)	-
Outras Destinações - Fundo de Equalização	-	-	829	(829)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	101.280	23.062	2.309	6.638	133.289
Mutações do Período	(3.851)	8.297	829	(7.647)	(2.372)
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	104.017	14.765	1.480	9.563	129.825
Destinação resultado exercício anterior					
Capital de associados					
Aumento de capital	9.337	-	-	-	9.337
Baixas de capital	(12.074)	-	-	-	(12.074)
Resultado do período	-	-	-	9.855	9.855
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(829)	(829)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.825)	(2.825)
Reserva legal - Estatutária	-	8.297	-	(8.297)	-
Outras Destinações - Fundo de Equalização	-	-	829	(829)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	101.280	23.062	2.309	6.638	133.289
Mutações do Período	(2.737)	8.297	829	(2.925)	3.464

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará
CNPJ/MF nº 72.257.793/0001-30

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	9.099	21.033	19.925
Resultado do semestre/exercício	9.855	19.418	23.691
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(756)	1.615	(3.766)
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(462)	1.825	(3.666)
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	-	(53)	-
Depreciação e amortização	611	1.116	746
Baixas do ativo permanente	11	13	101
(Reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(87)	(457)	(54)
Destinações ao FATES	(829)	(829)	(893)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	64.302	91.066	12.105
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.767)	(1.791)	(5.698)
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.859	3	203
(Aumento) em operações de crédito	(69.239)	(92.991)	(50.579)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(2.393)	669	(439)
(Aumento) em outros ativos financeiros	(3.681)	(3.129)	(8.970)
(Aumento) Redução em outros ativos	370	(595)	156
Aumento em depósitos	128.957	185.882	63.659
Aumento em passivos financeiros	116	301	322
Absorção de dispêndios pelo FATES	(355)	(523)	(853)
Aumento em outros passivos	9.435	3.240	14.304
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	73.401	112.099	32.030
Aquisição de investimentos	(969)	(1.412)	(1.409)
Aquisição de imobilizado de uso	(283)	(967)	(3.353)
Aplicações no intangível	(161)	(209)	(74)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.413)	(2.588)	(4.836)
Integralização de capital	9.337	14.229	10.214
Baixa de capital	(12.074)	(18.080)	(9.683)
Juros ao capital próprio	(2.825)	(2.825)	(5.834)
Distribuição de Sobras	-	(14.285)	(9.395)
Destinações para reservas - Sobras Central	-	-	1.680
Caixa e equivalente de caixa oriundo de incorporação	-	-	15.879
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(5.562)	(20.961)	2.861
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	66.426	88.550	30.055
Caixa e equivalente de caixa no início do período	478.359	456.235	426.180
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	544.785	544.785	456.235

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)
Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará
CNPJ/MF nº 72.257.793/0001-30

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	9.855	19.418	23.691
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	9.855	19.418	23.691

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 14/04/1993 e sede situada na Avenida Dom Luis, 300, Loja 166, na cidade de Fortaleza - Ceará - A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 16 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrua") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 06;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 14;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	2.993	3.696
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	541.792	452.539
Total	544.785	456.235

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	-	4.584	-	4.584	3.133
DI entre Banco e Cooperativa	-	1.202	1.703	2.905	2.565
Total	-	5.786	1.703	7.489	5.698

Total circulante	5.786	3.133
Total não circulante	1.703	2.565

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 115% do CDI.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da carteira	31/12/2019
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	2.151	37.836	84.684	139.047	263.718	196.970
Financiamentos	86	6.316	17.663	40.228	64.293	38.050
Total das operações de crédito	2.237	44.152	102.347	179.275	328.011	235.020
Títulos e créditos a receber	-	16.976	6.542	9	23.527	12.992
Total de outros créditos	-	16.976	6.542	9	23.527	12.992
Carteira total	2.237	61.128	108.889	179.284	351.538	248.012

Total circulante	172.254	134.473
Total não circulante	179.284	113.539

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	16.176	90	-	-
A	0,50	143.943	76.843	720	384
B	1,00	116.203	103.285	1.162	1.033
C	3,00	45.479	40.318	1.364	1.210
D	10,00	13.983	12.931	1.398	1.293
E	30,00	3.692	4.958	1.108	1.487
F	50,00	4.070	2.157	2.035	1.079
G	70,00	2.068	1.942	1.447	1.359
H	100,00	5.924	5.488	5.924	5.488
Total		351.538	248.012	15.158	13.333

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 7.531 (dezembro de 2019 - R\$ 732) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 24). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 74 (dezembro de 2019 - R\$ 4) conforme Nota 13.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				Total da Carteira	31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	1.482	42.275	64.416	105.872	214.045	173.266
Industrial	144	1.311	2.417	4.043	7.915	3.956
Comércio	422	8.198	16.629	29.007	54.256	30.697
Outros serviços	189	9.344	25.427	40.362	75.322	40.093
Total	2.237	61.128	108.889	179.284	351.538	248.012

Total circulante	172.254	134.473
Total não circulante	179.284	113.539

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	27.080	7,70	20.243	8,16
50 devedores seguintes	32.623	9,28	23.863	9,62
100 devedores seguintes	37.551	10,68	28.032	11,30
Demais	254.284	72,34	175.874	70,92
Total	351.538	100,00	248.012	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial		15.138
Constituição de provisão	13.333	12.738
Reversão de provisão	16.712	(10.013)
Saldo de incorporação	(8.945)	1.861
Movimentação de baixados para prejuízo	-	(6.391)
Saldo final	(5.942)	13.333
	15.158	

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	23.687	48.081	44.720
Financiamentos	4.214	8.070	4.990
Subtotal	27.901	56.151	49.710
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.917	3.852	3.348
Total	29.818	60.003	53.058

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 27.617 (2019 - R\$ 17.785).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	23.527	12.992
Rendas a receber	717	1.129
Operações com cartões	421	177
Devedores por depósitos em garantia	979	8.217
Total	25.644	22.515

Total circulante	24.656	14.296
Total não circulante	988	8.219

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	3.489	3.117
Adiantamentos e antecipações salariais	111	17
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	4	93
Adiantamentos para Confederação Sicredi	213	-
Impostos e contribuições a compensar	270	298
Pendências a regularizar	586	535
Outros	188	153
Total circulante	4.861	4.213

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	3.907	3.540
Imóveis	3.818	3.540
Veículos e afins	89	-
Despesas antecipadas	125	60
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(543)	(596)
Total circulante	3.489	3.004

Despesas antecipadas	-	113
Total não circulante	-	113

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(596)	(596)
Constituição de provisão	(146)	-
Reversão de provisão	199	-
Saldo final	(543)	(596)

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	17.947	16.978
Sicredi Participações S.A.	2.378	1.935
Outras participações e investimentos	5	5
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outros investimentos	3	3
Total	20.330	18.918

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	726.071 ON	592.221 ON	2	2	17.947.437	16.978.136
	1.651.879 PN	1.342.303 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,20%	0,18%	1,24%	1,24%	10,87%	10,50%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	165.101	155.922
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	173.388	161.687
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	3.283	1.618
Valor do investimento	2.378	1.935	2	2	17.947	16.978

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	-	16.819	(8.661)	8.158	8.275	
Imobilizações em curso	-	108	-	108	2.431	
Terrenos	-	345	-	345	345	
Edificações	4%	3.217	(904)	2.313	2.442	
Instalações	10%	3.398	(3.108)	290	419	
Beneficiorias em imóveis de terceiros	10%	2.211	(209)	2.002	551	
Móveis e equipamentos	10%	3.063	(1.568)	1.495	938	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.033	(478)	555	283	
Equipamentos de processamento de dados	20%	3.388	(2.370)	1.018	823	
Veículos	20%	56	(24)	32	43	
Intangível		2.572	(2.309)	263	99	
Investimentos Confederação		209	(16)	193	-	
Outros ativos intangíveis		2.363	(2.293)	70	99	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	136.547	-	-	136.547	91.492
Depósitos a prazo	10.017	34.344	567.402	611.763	470.936
Total	146.564	34.344	567.402	748.310	562.428
Total circulante				180.908	133.598
Total não circulante				567.402	428.830

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	669	-
Total	669	-

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	669	669	-
Total - Outros Recursos	-	-	669	669	-
Total não circulante				669	-

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e advindos do compulsório da poupança. A taxa praticada é 84,5% do CDI e o vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	74	4
Recursos em trânsito de terceiros	730	499
Total circulante	804	503

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Cível	Provável	1.800	2.257
Tributária	Provável	3.577	10.602
Total não circulante		5.377	12.859

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	2.257	-	(457)	1.800
Tributária	10.602	-	(7.025)	3.577
Total não circulante	12.859	-	(7.482)	5.377

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 0 e R\$ 58 (dezembro de 2019 - R\$ 40 e R\$ 165), respectivamente.

Em 2020 encerrou-se o processo tributário que contestava os valores de IRRF retidos sobre as sobras, os valores depositados judicialmente foram retidos pela União e os valores provisionados foram revertidos.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	23.968	13.034
Provisão para pagamentos a efetuar	1.960	1.479
Cotas de capital a pagar	5.916	2.417
Provisão para participações nos lucros	501	551
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.233	926
Demais obrigações sociais e estatutárias	-	5.835
Impostos e contribuições a recolher	1.234	780
Credores diversos	988	1.085
Cheques administrativos	125	-
Cobrança e arrecadação de tributos	1	77
Pendências a regularizar	8	8
Total Circulante	35.934	26.192

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojaista.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	101.280	105.131
Total de associados	20.432	17.631

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -3.851 (2019 - R\$ 9.337), sendo R\$ 0 (2019 R\$ 8.806) via incorporação, R\$ 14.229 (2019 - R\$ 10.214), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 18.080 (2019 - R\$ 9.683).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,73% em Conta Corrente, no montante de R\$ 2.825, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 50% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 5 % para a constituição do Fundo de Equalização; destinado a remunerar o capital social, quando não ocorrer resultados suficientes para esta remuneração, assim como reconstituir sobras a distribuir, quando esta for menor que a média dos anos anteriores.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	20.474	24.444
Participação nas sobras	(1.056)	(559)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	19.418	23.885
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(10.101)	(9.554)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	10.096	6.966
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.130	2.334
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	95
Demais adições e exclusões previstas na legislação	170	(35)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(194)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	7.489	5.698
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	541.792	452.539
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	141	80
Outros ativos (Nota 08)	213	-
Investimentos (Nota 09)	20.330	18.918
Intangível (Nota 10)	193	-
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	669	-
Outros passivos (Nota 15)	22.894	12.621
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	187	207
Ingressos e receitas de prestação de serviços	277	443
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	12.446	24.665
Despesas		
Operações de empréstimos e repasses	3	-
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 20)	224	188
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 22)	5.307	3.619

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	423	0,31%	613
Depósitos a prazo	5.452	0,89%	3.971
Operações de crédito	797	0,24%	522

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.501	3.207

NOTA 19 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	6.968	13.816	12.325
Benefícios	2.239	4.659	4.154
Encargos sociais	2.261	4.363	3.697
Treinamentos	1	4	29
Total	11.469	22.842	20.205

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	250	495	429
Aluguéis	685	1.346	983
Comunicação	389	795	650
Manutenção e conservação	411	836	688
Material de expediente	105	201	297
Processamento dados	280	566	483
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	558	1.056	1.152
Serviços do sistema financeiro	617	1.192	1.178
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	1.212	1.901	1.239
Serviços de vigilância e segurança	472	922	656
Serviços de transportes	495	942	913
Depreciação	583	1.071	722
Amortização (Rateio Confederação)	14	16	-
Amortização outros ativos intangíveis	14	29	24
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	355	517	867
Emolumentos e taxas diversas	228	405	337
Outras despesas administrativas	549	1.034	1.206
Total	7.217	13.324	11.824

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	355	523	853
Recuperação de encargos e despesas	162	239	407
Ingressos depósitos intercooperativos	5.088	6.551	24.632
Reversão de provisões operacionais	453	7.096	1.343
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	12	13	3
Reversão de provisões para passivos contingentes	84	454	54
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	393	393	-
Outras rendas operacionais	326	726	1.166
Total	6.873	15.995	28.458

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	850	1.748	778
Contribuições Cooperativistas	113	189	149
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	50	153	186
Contribuição Confederação Sicredi	1.918	3.616	1.763
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	502	985	1.134
Encargos da administração financeira	1	2	129
Repasso Administradora de Cartões	-	53	115
Provisões para garantias financeiras prestadas	3	82	4
Outras provisões operacionais	348	652	556
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	844	1.206	460
Risco operacional	259	269	81
Juros e comissões	-	-	2
Outras despesas operacionais	263	373	918
Total	5.151	9.328	6.275

NOTA 23 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	9.855	19.418	23.691
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	9.855	19.418	23.691

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	7.531	732
Total	7.531	732

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	130.648	133.627
Nível I (NI)	130.648	133.627
Capital principal - CP	130.648	133.627
Capital social	101.280	105.131
Reservas de capital	25.371	16.245
Lucros acumulados	6.638	14.285
Ajustes Prudenciais	(2.641)	(2.034)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	491.761	363.568
Margem de Capital	79.013	89.468
Índice de Basileia (PR / RWA)	26,57%	36,75%
Situação de Imobilização (Imob)	8.158	8.275
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,24%	6,19%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Marcos Antônio Aragão de Macedo
Diretor Executivo
CPF: 753.600.124-04

Francisco Walter Frota De Paiva
Diretor de Operações
CPF: 073.312.903-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20